

O “imperialismo total” na análise de Florestan Fernandes.

Luiz Alexandre B. Pinto Jr¹

1. INTRODUÇÃO

A formulação de Florestan Fernandes sobre o surgimento do capitalismo no Brasil representa, ainda nos dias atuais, a nosso ver, uma das principais guinadas dadas pela teoria social rumo à compreensão da realidade brasileira como um processo histórico em desenvolvimento. Sua teorização desenvolveu uma “imagem” própria de como o Brasil se insere no processo de consolidação do capitalismo a nível mundial, tematizando, contudo, também as principais conexões e causalidades que possibilitaram o desenvolvimento de tal “padrão de civilização” no interior do conflito nacional, na dinâmica de classes, especificamente².

Isso não se deu por acaso. Florestan inicia sua carreira universitária na cátedra de Sociologia I da USP reunindo atrás de si uma série de estudos que não se dedicavam tanto ao debate do desenvolvimento do capitalismo como se dedicavam às discussões de teorias sociológicas e às análises antropológicas³. Contudo o tempo histórico demandava de uma Sociologia que pretendia cada vez mais se afirmar como científica, respostas para as questões colocadas no embate público. É pensando justamente nesse debate que se iniciam as principais contribuições de Florestan e de seu grupo de assistentes à discussão do desenvolvimentismo⁴. Através de um diálogo fértil e crítico com as principais teorias e vertentes do estudo da situação do capitalismo brasileiro, analisado das mais variadas formas por teóricos do ISEB, da CEPAL, do PCB, da Teoria da Dependência, dentre outros, nosso autor elabora uma interpretação própria e original sobre uma forma de capitalismo que se desenvolve na periferia do sistema, o capitalismo dependente.

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais UNESP/Marília.

² A ideia da formulação de uma “imagem” do Brasil na obra de alguns autores seminais no pensamento social brasileiro foi desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho em um artigo onde justamente comenta a produção teórica de Florestan Fernandes. Cf. *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. In: *Cultura e Sociedade*. Expressão Popular, São Paulo. 2011. P. 221-240.

³ Clássicos, nesse sentido, são seu doutoramento e sua tese de livre docência, ambos versando sobre a sociedade indígena dos Tupinambá.

⁴ Castelo, no ensaio citado, faz um apanhado histórico do debate desenvolvimentista onde Florestan se insere e, segundo o autor, vem a superar mais tarde. Cf. Rodrigo Castelo, *Subdesenvolvimento, Capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. s/d.

No seio das discussões de Florestan sobre o capitalismo dependente é que estão suas principais contribuições sobre a temática do imperialismo, objeto de análise desse artigo. Procuraremos analisar como, em sua teoria social, aparece o debate sobre a questão do imperialismo, e, mais especificamente, o uso da noção de *imperialismo total*, que se coloca em um contexto de justificação de mudanças estruturais ocorridas na dominação externa das principais potências capitalistas hegemônicas sobre os países periféricos, no período posterior a 2ª Guerra Mundial.

Para concretizar esse objetivo será necessário que apresentemos como Florestan concebe a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em linhas gerais, demonstrando as diferentes formas assumidas pelo capitalismo brasileiro no interior desse processo. Faremos isso tendo em vista que a estruturação dessas formas diferenciadas de desenvolvimento do capitalismo dependente, são também determinadas pela expansão e reprodução do capitalismo a nível mundial, e, portanto, pela relação entre as diferentes fases de acumulação do capitalismo e os países “periféricos” ou “subdesenvolvidos”.

Tal determinação, para Florestan, é interpretada nos termos de uma dominação externa, presente na história do Brasil desde o período colonial até os dias atuais. O que varia é a forma como tal dominação se estabelece, dentro de diferentes fases conjunturais de articulação econômica, política e social do capitalismo a nível mundial. É nesse ponto que entra a temática do imperialismo: como uma forma particular de expansão do capital a partir de um determinado período do seu desenvolvimento.

2. A INTERVENÇÃO EXTERNA NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL.

Na ótica adotada pelo nosso autor, a análise sociológica do capitalismo próprio aos países periféricos deve ser feita através da identificação de como se desenvolve ali o padrão de civilização que se forma e se expande a partir dos países capitalistas hegemônicos. A particularidade desse desenvolvimento deve ser encontrada na própria especificidade do regime de classes que se desenvolve no interior desses países, procurando determinar em que medida eles conseguem tendencialmente

alcançar os fatores funcionais, estruturais e dinâmicos próprio do capitalismo em suas manifestações mais avançadas.

Contudo, não se trata apenas de comparar modelos análogos aos modelos físico-químicos das ciências naturais. Trata-se, ao contrário, justamente de identificar como o regime de classes nasce e se desenvolve com uma dinâmica própria, que não conta com a clássica crise do mundo feudal e com a ascensão do Terceiro Estado. Nas Américas, o capitalismo possui uma origem colonial, e um desenvolvimento posterior marcado pela constante “intervenção dinâmica” da influência externa. Aí está para Florestan um dos núdulos imprescindíveis para se compreender o desenvolvimento do regime de classes nos países dependentes.

Situando as diferenças no estudo das sociedades de classes hegemônicas e das sociedades de classes “heteronômicas”, Florestan afirma:

“A diferença entre uma abordagem e outra abordagem poderia ser enfatizada da seguinte maneira: em um caso, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo hegemônico da sociedade de classes; no outro, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo heteronômico (ou dependente) da sociedade de classes. O regime de classes ‘transborda’ de um para outro, graças às estruturas de poder criadas no plano internacional pelo capitalismo, porém o primeiro ‘faz a história’, enquanto o segundo ‘a sofre’ (é claro, mantidas as condições de preservação e crescimento do capitalismo).”⁵

É importante ressaltar isso para saber em que medida a influência externa assume um caráter seminal na análise das dinâmicas internas. Avançando nesse pressuposto Florestan chega à conclusão de que o regime de classe que se desenvolve em conexão com o capitalismo dependente possui uma dominação burguesa com dois polos. Um “interno, representado pelas classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder”; outro “externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas”.⁶ A articulação que se dá, ao longo do tempo, entre as classes dominantes

⁵ Cf. *Mudanças Sociais no Brasil*. Global. São Paulo. 2008. Cap I, p. 32

⁶ Ibidem, p. 35

internamente, e delas com as classes dominantes externas, é que vai variar ao longo da história brasileira e dos países latino-americanos, configurando diferentes formas de dominação externa.

No ensaio *Padrões de dominação externa na América Latina (1970)*⁷ é onde Florestan melhor sintetiza sua concepção sobre essas diferentes fases da dominação externa. Para ele, nações latino-americanas são produtos “da expansão da civilização ocidental” através de um tipo de colonialismo moderno que teve início com a “conquista” espanhola e portuguesa e que “adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países”.⁸

A colonização se baseia naquilo que Florestan chama de “antigo sistema colonial”. Segundo esse sistema a dominação colonial por conta da metrópole tinha um duplo fundamento: “legal e político”. A Coroa permitia aos colonizadores a exploração econômica da terra, e esses, por sua vez deviam obediência e submissão à coroa. Sociologicamente, afirma Florestan:

“Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem ‘europeia’.”⁹

A crise desse tipo de dominação externa é inerente a desagregação do antigo sistema colonial. Desde o fim do século XVIII até o início do século XIX, países europeus “conquistaram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina” interessadas na conquista do mercado interno desses países, como é o caso da Inglaterra. No Brasil especificamente, a crise do sistema colonial se acelera com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e se concretiza, jurídica e politicamente, como a independência, em 1822. A significação dada por Florestan para a

⁷ Cf. *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina*. Zahar. Rio de Janeiro. 1973. pp. 10-32

⁸ Ibidem, p. 13

⁹ Ibidem, p. 13

independência, segundo as palavras do próprio autor é “ambígua”.¹⁰ Por que se por um lado, ela rompe o estatuto colonial e permite que o Brasil se insira no comércio mundial sem a mediação de Portugal, por outro ela se dá, internamente, sem alterar a estrutura econômica colonial baseada na grande plantação, no trabalho escravo e na exportação. Países europeus, principalmente a Inglaterra, já em um período de expansão comercial intensa, tendo em vista o controle dos mercados latino-americanos que produziam poucos produtos manufaturados, inicia uma “política comerciada que proporcionou o rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias”.¹¹

A permanência da estrutura econômica colonial vai, portanto, condicionar a forma de dominação que se processa a nível mundial. Para o nosso autor: “os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos”.¹² Isso contudo se dá ao mesmo tempo em que a mudança desses laços possibilita a internalização do fluxo de renda proveniente da exportação, incentivando a diferenciação dos papéis econômicos internos e reestruturando a econômica brasileira de forma a iniciar a formação de um mercado capitalista moderno. A formação desse mercado, segundo Florestan, é a primeira fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, à qual corresponde uma forma de dominação externa: o neocolonialismo

A diferenciação contínua e acelerada desse mercado sob o neocolonialismo é barrada, como sabemos, pela própria predominância da estrutura econômica colonial, que interessava tanto às classes exportadoras, na medida em que aumentava (ainda que apenas uma pequena parcela) seu lucro, antes retido na metrópole. Às burguesias dos países hegemônicos interessava a manutenção dessa estrutura colonial por dois motivos principais. Primeiro na medida em que essa condição não possibilitaria, a curto prazo, a formação de concorrência interna para os seus bens manufaturados.

¹⁰ A significação da emancipação nacional para a formação do capitalismo no Brasil é tema central na obra de Florestan, tal como de outros autores. Sobre isso Cf. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Globo. São Paulo. 2005. pp. 73-88. O significado ambíguo dessa inflexão política também pode ser encontrado em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Zahar. Rio de Janeiro. 1981. p. 22-23

¹¹ Op. Cit. p. 15.

¹² Op. Cit. 1981. p. 22

Segundo, na medida em que asseguravam o papel subordinado dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho como produtores de bens primários.

A crise do neocolonialismo e o aparecimento de um terceiro tipo de dominação externa está diretamente ligada, diz Florestan, a uma “reorganização da economia mundial, provocada pela Revolução industrial na Europa”. As transformações pelas quais passou o capitalismo na segunda metade do século XIX provocaram “novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção das economias capitalistas centrais.” A partir das últimas quatro décadas do século XIX a influência externa impacta internamente “através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural”.¹³

É o processo através do qual a dominação externa se torna uma dominação imperialista, onde:

“o controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação –importação foi refundido para incluir a ‘integração’ do comércio interno, a ‘proteção’ dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a ‘introdução’ das indústrias de bens de consumo, a ‘intensificação’ das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas”.¹⁴

Para Florestan, nesse período, com a internalização de estruturas econômicas de dominação, é que se consolida no Brasil a segunda fase do desenvolvimento capitalista: o capitalismo competitivo. Essa fase só se concretiza por uma articulação específica entre os incrementos no excedente econômico possibilitados pela exportação de café, e a sua transferência para o setor novo da economia, moderno, mais dinâmico.¹⁵ É importante ressaltar, portanto, que nem mesmo o desenvolvimento de um mercado capitalista mais avançado, que já polarizava um

¹³ Op. Cit. p. 16

¹⁴ Op. Cit. p. 17

¹⁵ Florestan atribui ao excedente do café, na lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, papel análogo ao da revolução agrária na Europa. Cumpre a função de uma acumulação originária para maior aceleração do desenvolvimento capitalista. Sobre isso Cf. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Globo. São Paulo. 2008. p. 268.

setor urbano-comercial considerável, a existência do trabalho livre, etc., consegue estabelecer qualquer tipo de rompimento com os setores arcaicos da economia brasileira, já que se beneficiavam dele, concorrendo para a sua manutenção.

Assim, o avanço imperialista, condicionava essas transformações no sentido de criar economias capitalistas dependentes na América Latina. Do ponto de vista do Brasil, para Florestan, é importante sublinhar que se “desencadeia uma reorganização da infraestrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno.” Ou seja, tal organização se concebe tendo em vista atender às condições de infraestrutura e de ordenamentos jurídico-políticos necessários à expansão dos negócios dos países imperialistas no Brasil, em uma clara conjuntura de disputa pela hegemonia mundial.

A quarta e última fase de dominação externa é o “novo imperialismo” ou o “imperialismo total”, que corresponde à terceira fase do desenvolvimento capitalista no Brasil: o capitalismo monopolista. Surge no Brasil no final da década de 1950 e na década de 1960, consolidando-se no período posterior à Ditadura Militar. Para Florestan, tal fase de dominação surge

“Em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos /.../. Trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência, controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócio locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *policy-makers*”¹⁶

Portanto o capitalismo monopolista tem como consequência uma forma de dominação imperialista que “organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social”.

Ao longo quatro fases da dominação externa apresentadas por Florestan se forma no país um capitalismo de tipo particular, o capitalismo dependente, que possui

¹⁶ Op.Cit. p. 18-19.

como características intrínsecas, presentes em todas as fases de desenvolvimento abordadas aqui, a associação dependente com o capital imperialista externo e a manutenção de formas econômicas arcaicas. Essa situação cria uma articulação específica entre os interesses econômicos, sociais e políticos das classes dominantes internas e externas que impossibilita um desenvolvimento, no Brasil, de um capitalismo de desenvolvimento autônomo.

Nesse sentido é que surge a problemática da integração social, para Florestan, nervo central de desenvolvimento das possibilidades civilizatórias do capitalismo em um determinado país.¹⁷ A impossibilidade de integração nacional, nos moldes daquela efetuada nos países hegemônicos, nos países de capitalismo dependente se dá pela associação também subalterna que a burguesia interna, frágil em termos de robustez infraestrutural, econômica e até mesmo enquanto classe dominante, trava com as burguesias imperialistas, possibilitando a expansão desta última em termos de exportação de produtos manufaturados e de capitais, enquanto a burguesia interna se contenta com a manutenção de uma estrutura econômica atrasada, predominantemente agrária, que atende somente aos seus interesses particularistas e egoístas em prejuízo da maioria da população.

No plano interno e politicamente, essa situação se justifica por uma “diferenciação vertical e integração horizontal” dos diversos estratos da burguesia brasileira, que somente possui em comum entre si a necessidade de manutenção do

¹⁷ O conceito de “integração nacional” em Florestan possui, no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo, uma certa semelhança com a conotação presente na obra de economistas desenvolvimentistas da tradição cepalina. Trata-se nesse sentido da integração do mercado interno de forma a conseguir desenvolver um processo de acumulação capitalista autônomo, consequentemente, superando o subdesenvolvimento. Contudo, na obra do nosso autor, tal conceito é nutrido por conotações sociológicas que procuram transbordar a questão puramente econômica e ressaltar as consequências sociais e políticas de tal integração. Nesse sentido a possibilidade de integração nacional proporcionaria não apenas a formação de uma indústria nacional autônoma e a extinção dos traços arcaicos e coloniais de nossa estrutura econômica, mas também a incorporação de uma grande massa da população ao regime de classes propriamente dito, criando, para essas pessoas e grupos sociais, a possibilidade de classificação social no interior da ordem competitiva, em termos de riquezas, privilégios e status. Da mesma forma, politicamente, a integração nacional criaria a possibilidade, para Florestan, de que a burguesia interna tivesse capacidade de exercer uma dominação burguesa em termos puramente econômicos, não necessitando mais de aparelhar o Estado de maneira abusiva para conseguir controlar as aspirações da população. Nesse sentido seria possível se formar no Brasil uma democracia burguesa que não fosse uma democracia restrita, que exclui o povo de todos os processos políticos, negando-lhe as mínimas possibilidades de conquistar direitos civis, políticos e econômicos. Sobre isso Cf. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Globo. Rio de Janeiro. 2008. p. 371 e 384. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Zahar. Rio de Janeiro. 1981. Pp. 33-35.

status quo. Ambos, entretanto, se beneficiando da sua dominação de classe interna e do padrão de mudança social engendrado por essa dominação: pautado na “apropriação dual do excedente econômico”¹⁸, tanto interna quanto externamente. Tal condição, no plano econômico, impossibilita a constituição de um parque industrial produtor de bens de produção, tal como limita a constituição de um capital financeiro capaz de impulsionar a acumulação capitalista interna de forma autônoma.

Toda essa situação cria uma dinâmica interna da luta de classes na qual a burguesia não pode mais assumir frente às outras classes o papel clássico de classe emancipadora, que traz em conjunto com os seus interesses, os interesses do progresso e do desenvolvimento. Ela deve suportar-se somente às custas de um capitalismo selvagem, que superexplora a classe trabalhadora¹⁹, e, por conta de sua fragilidade econômica, fica impedida de defender posições políticas liberais típicas da burguesia revolucionária europeia clássica, como a democracia e os valores republicanos.

O que nos interessa nessa relação, contudo, se situa nesse vínculo externo específico que se estabelece a partir da constituição do capitalismo monopolista no Brasil.

3. A ESPECIFICIDADE DO IMPERIALISMO TOTAL.

Após analisarmos como Florestan concebe as diversas formas de dominação externa cabe a nós nos debruçar sobre o imperialismo total de maneira mais pormenorizada, para avaliar como Florestan utiliza tal esse conceito.

¹⁸ A apropriação dual do excedente econômico é o fenômeno observado por Florestan através do qual, de maneira prática, a burguesia interna brasileira se associa à burguesia imperialista para manter a condição estrutural atrasada do capitalismo nacional. Ela é dual pois se baseia em um pacto de partilhamento do excedente econômico dos países subdesenvolvidos tanto das burguesias internas com as externas, quanto das burguesias internas entre si (setores moderno e setores atrasados), de forma a manter o status quo e impedir a ascensão das classes populares. Sobre a “apropriação dual...” Cf: Op. Cit. 2005, p. 341

¹⁹ A superexploração da força de trabalho aqui não possui o mesmo significado atribuído a tal conceito por Ruy Mauro Marini. Para Florestan a superexploração da força de trabalho está relacionada à não possibilidade de classificação social da maioria da população na “ordem social competitiva”, através do trabalho livre. Isso se dá justamente por conta da frágil estrutura econômica que aqui se desenvolve, onde a manutenção de setores arcaicos e extracapitalistas condiciona a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo e a inserção subordinada do Brasil nas relações internacionais.

Sabemos que o imperialismo é um conceito já antigo na historiografia. Seu uso “moderno”, contudo, a partir do início do século XX, ganha novo fôlego com as formulações marxistas da Segunda Internacional, com as contribuições de autores como Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin etc., e, principalmente, com o livreto de Lenin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. A influência da teoria do imperialismo de Lenin no modo como Florestan concebe esse conceito é evidente.²⁰

Para Lenin, é a partir do final do século XIX que a tendência de concentração inerente ao capitalismo vai fazer com que a formação de grandes monopólios inicie o solapamento do capitalismo competitivo, ou concorrencial, através da fusão do capital bancário com o capital industrial, criando o capital financeiro, por meio da qual os bancos viram grandes monopolistas imprescindíveis à ao desenvolvimento da produção.²¹

Ainda para o autor russo, as possibilidades de acumulação dentro dos mercados internos europeus estavam sendo limitadas na conjuntura considerada, do final do século XIX e início do século XX. Isso condiciona a expansão do capitalismo não mais em termos de exportação de mercadorias, como ocorria com a intervenção inglesa na América Latina, mas sim através da exportação de capitais para o financiamento de empreendimentos nos países atrasados, nas colônias ou semicolônias, o que acaba por impulsionar o desenvolvimento do capitalismo nesses países.

A necessidade exportação de capitais e de consolidação de áreas de influência faz com que os países imperialistas, onde estão localizados os grandes cartéis monopolistas efetuem uma partilha do mundo. Os países da América Latina como Brasil, Argentina, Uruguai, entram nessa partilha como países independentes do ponto de vista político formal, mas que “se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática”²²

²⁰ Sabemos que Florestan era uma ávido leitor de Lenin. Em sua biblioteca pessoal, hoje, possível de ser acessada na biblioteca central da Ufscar, no Fundo Florestan Fernandes, estão seu exemplares pessoais das Obras Completas de Lenin em francês, onde cada volume se encontra todo grifado e manuseado pelo nosso autor.

²¹ Cf. Lenin, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Centauro. São Paulo. 2008. p. 22-23

²² Ibidem, p. 84.

Essas últimas conexões nos interessam aqui particularmente, pois possuem grande relevância na formulação de Florestan Fernandes sobre a atuação do imperialismo como forma de dominação interna nos países da América Latina. A exportação de capitais penetra no país impulsionando formas de organização da economia que transformam um simples “mercado capitalista moderno” em um “capitalismo competitivo” de fato, sem contudo, se desfazer do setor arcaico da economia e do esquema de importação-exportação. É uma aceleração do crescimento econômico desses países, que visa, contudo, não a aceleração da sua revolução burguesa e uma integração nacional, mas sim a otimização das possibilidades de lucros do capital financeiro aplicado aqui, isto é, a “transferência de excedente econômico” gerado aqui, para o exterior.²³

O novo imperialismo, ou o imperialismo total abordado por Florestan, sob o ponto de vista da expansão do capitalismo monopolista, se trata de fato de uma acentuação, de uma radicalização, dessas características básicas do imperialismo. Já é uma fase onde a própria empresa monopolista cria filiais nos mercados dependentes e transfere para lá toda uma necessidade de estrutura de mercado interno diferenciada, própria de padrões de acumulação capitalista e concorrência entre grandes monopólios do período posterior à Segunda Guerra Mundial, que não existe nos países latino-americanos. Diz Florestan:

“A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças da organização, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos da concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial.”²⁴

Para o nosso autor, o fenômeno do novo imperialismo possui um determinante político que não existia no imperialismo. Nesse último a partilha do

²³ Op. Cit. 1973. p. 17

²⁴ Op. Cit. 1973. p. 21

mundo pelas economias capitalistas monopolistas era necessária como fonte de expansão e reprodução do capital a nível mundial. Contudo, no período posterior à 2ªGM, a existência de uma “economia socialista bem sucedida e expansiva”, condicionou as nações capitalistas avançadas para “uma defesa agressiva do capitalismo privado”.

“Enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação da concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo.”²⁵

Aqui vale a pena mencionar o específico fenômeno da hegemonia dos Estados Unidos como “superpotência” capitalista, no interior desse processo. Após as guerras mundiais sua preponderância no mundo capitalista se torna algo indiscutível. Da mesma forma que sua expansão de influência para os países latino-americanos que se manifesta como “uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação, e da cultura, da comunicação de massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável”.

No que se refere ao elemento interno, a incorporação do imperialismo total se deu de maneira positiva pelas burguesias periféricas que saudaram a vinda de empresas monopolistas para os países latino-americanos como uma possibilidade efetiva de alcance de desenvolvimentismo, e de um crescimento econômico autônomo. Contudo, na medida em que elas se consolidavam acabavam por “revelar a sua natureza”.

“As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados”.²⁶

A transição para o padrão de desenvolvimento econômico monopolista requeria

²⁵ Ibidem, p.21

²⁶ Ibidem, p.23

altos índices de concentração demográfica, de renda per capita (na população incorporada ao mercado de trabalho), de padrão de vida, de diferenciação e integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno, de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, de modernização tecnológica realizada e em potencial e de estabilidade política e controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa.²⁷

A inexistência de tais requisitos na periferia foi o que tornou possível uma integração segmentada das corporações, que aos poucos, aproveitando os momentos políticos propícios, iam assumindo controle da exploração de matéria-prima, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno e das atividades financeiras. Elas se estabelecem e aos poucos vão dominando o mercado que não possui controles específicos para barrar sua expansão, até monopolizarem completamente determinados setores.

Essa expansão específica coloca um elemento novo para a dinâmica interna das classes sociais. Pois a penetração do capital externo diversifica a economia criando diversos setores novos, impulsionando outros, modernizando outros, sem um controle específico. Isso possibilita a ascensão de interesses burgueses díspares que desemboca, na conjuntura brasileira, em uma *crise do poder burguês* de dominação.²⁸

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o poder burguês existente é minado pela expansão dos dinamismos do novo imperialismo, a sua existência é condição para a o bom funcionamento do avanço monopolista no país, na medida em que o aporte financeiro demanda uma segurança econômica, social e política. É nesse processo que se insere a interpretação de Florestan sobre o papel cumprido pela ditadura militar no amplo circuito mundial de acumulação de capital. Além de ser uma manifestação, no Brasil, da “contrarrevolução preventiva” que ocorria a nível mundial, como forma de conter o avanço das lutas socialistas, também cumpre a função de rearticular a burguesia interna brasileira em torno de um projeto de desenvolvimento capitalista monopolista.

4. CONCLUSÃO

²⁷ Op. Cit. 2005 p.294

²⁸ Ibidem, p.308

Em síntese, expansão imperialista do período pós-guerra faz surgir uma nova situação externa de divisão de áreas de influência já no contexto da guerra fria. Isso condiciona os países capitalistas imperialistas a não somente exportarem sua forma de organização da vida para suas áreas de influência, mas também a controlarem essas áreas nos mais diversos âmbitos da vida social. Para Florestan, a emergência de uma superpotência imperialista (EUA) no período posterior à 2ªGM, e as diversas formas de controle impostas aos países periféricos estrutura uma nova forma de dominação externa denominada por ele de *imperialismo total*. Se trata de uma nova forma de organização e reprodução do imperialismo a nível global, em tempos de guerra fria, que expande dinamismos monopolistas para a suas áreas de influência, aumentando assim sua dependência dentro da órbita das economias desenvolvidas.

No Brasil a expansão dessa nova forma de dominação externa tem um caráter fortemente político, através do qual, a atuação das grandes corporações e dos seus governos nas economias dos países periféricos é condicionada a um requisito político de estabilidade interna. A viabilidade do “desenvolvimento por associação” é condicionada à estabilidade política externa, ou seja, a não ameaça de uma expansão do movimento socialista. Para Florestan, contudo, essa estratégia envolve muito mais do que apenas controle político formal, imediato. Envolve, além disso toda uma estratégia de atuação e influência em todas as esferas da vida da assistência dos governos das nações hegemônicas. Com isso se aumenta o controle dos governos e das burguesias pró-capitalistas e se reprime a expansão do movimento socialista.

É no interior de tal processualidade histórica, que Florestan Fernandes elabora a sua análise sobre a ditadura militar. Como uma rearticulação das alianças burguesas externas e internas de forma a possibilitar a implantação definitiva dos mecanismos do capital monopolista no Brasil, assegurando o alinhamento do país com as potências imperialistas ocidentais, além da necessária segurança interna para o desenvolvimento do capital monopolista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade*. Expressão Popular. São Paulo. 2011

FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. Zahar. Rio de Janeiro. 1981.

_____, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar. Rio de Janeiro. 1973.

_____, *A revolução Burguesa no Brasil*. Globo. São Paulo. 2005.

_____ *Mudanças Sociais no Brasil*. Global. São Paulo. 2006.

LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Centauro. São Paulo. 2008.

MAGDOFF, H. *A era do Imperialismo*. Hucitec. São Paulo. 1978.